



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE- CCS
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM EM SAÚDE COLETIVA
CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

LARISSA CAVALCANTE CARNEIRO

**MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS ANTES
DO ENCARCERAMENTO**

JOÃO PESSOA - PB
2020

LARISSA CAVALCANTE CARNEIRO

**MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS ANTES
DO ENCARCERAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem.

Linha de Pesquisa: Políticas e Práticas do Cuidar em Enfermagem e Saúde.

Projeto: Práticas de cuidado voltadas a população feminina sob privação de liberdade em unidade prisional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Djair Dias

JOÃO PESSOA - PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C289m Carneiro, Larissa Cavalcante.

Mulheres privadas de liberdade e violências vivenciadas
antes do encarceramento / Larissa Cavalcante Carneiro.

- João Pessoa, 2020.

44 f.

Orientação: Maria Djair Dias.

Coorientação: Luana Rodrigues Almeida, Jeferson Barbosa
Silva.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCS.

1. Prisões. 2. Mulheres. 3. Violência Contra Mulher. I.
Dias, Maria Djair. II. Almeida, Luana Rodrigues. III.
Silva, Jeferson Barbosa. IV. Título.

UFPB/BC

LARISSA CAVALCANTE CARNEIRO

**MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE E VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS ANTES
DO ENCARCERAMENTO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado pela aluna Larissa Cavalcante Carneiro do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, tendo obtido o conceito de _____, conforme a apresentação da Banca Examinadora constituída pelos professores:

Apresentado e Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Djair Dias – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^ª. Dr^ª. Luana Rodrigues de Almeida – Examinadora interna
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. MsC. Jeferson Barbosa Silva – Examinador externo
Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ

DEDICATÓRIA

A Deus e a minha mãe celestial, Nossa Senhora, fontes de força para superar as dificuldades, por me amparar nos momentos de dificuldade e me darem sabedoria para trilhar os melhores caminhos.

A minha mãe, **Cleide** e ao meu filho, **Guilherme** pelo incentivo, carinho e apoio.

Às mulheres vítimas de violência.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por ser meu porto seguro fazendo-me entender que a cada amanhecer eu sempre posso recomeçar. Nunca me sinto desamparada pois sinto sua presença e infinita misericórdia sobre minha vida.

A minha mãezinha celestial, Nossa Senhora, por sua intercessão junto a Deus na minha vida. Sou imensamente grata pelo seu carinho, cuidado e pelo seu infinito amor.

A minha orientadora, **Prof^a Dr^a Maria Djair Dias**, pela oportunidade e confiança depositada em mim para construção desse trabalho.

Aos membros que compuseram a minha banca **Prof^a. Dr^a. Luana Rodrigues de Almeida**, por sua generosidade e seu vasto conhecimento, determinantes na minha formação acadêmica. E em especial, ao **Prof. MsC. Jeferson Barbosa Silva**, pela pelo acolhimento, orientação, compreensão e aprendizado neste curto espaço de tempo. Não tenho palavras para agradecer pela paciência, cuidado, zelo e carinho comigo e as riquíssimas contribuições com meu trabalho. Gratidão!

A minha mãe, **Cleide**, meu maior exemplo de ser humano, a quem devo tudo que sou e dedico todo o meu amor. Obrigada por sempre estar ao meu lado. A senhora é minha maior inspiração.

Ao meu pai, **Eugênio**, por todo seu investimento, dedicação, carinho e apoio comigo. Obrigada por nunca medir esforços para realizar meus sonhos.

Ao meu filho, **Guilherme**, o motor que me move, minha força, minha resiliência, meu aprendizado diário. A ti todo meu amor!

A minha irmã, **Letícia**, uma parte do meu coração. Gratidão por tantos, sorrisos, brincadeira, partilhas. Com você tudo fica mais leve. Meu amor infinito.

À **Dinha**, que foi minha âncora para que eu pudesse atravessar essa fase de maneira tranquila. Não existem palavras que expressem minha gratidão a ti por ter cuidado e se dedicado ao meu filho com todo carinho e zelo.

Aos meus **avôs** e **avós** paternos e maternos, “**In Memoriam**”, por toda intercessão e amor que vocês emanam onde quer que estejam.

À **minha família**, que sempre estiveram próximos e presentes em todo o meu processo de crescimento e formação pessoal e profissional, obrigada por tanto carinho e apoio que sempre recebi de todos.

As minhas amigas de infância, **Aninha, Eduarda, Mariana, Talita, Amadinha, Amanda** e aquelas que estão comigo desde a época da escola, **Claudinha, Thayta, Lis, Belle e Cynthia**. Mesmo nas adversidades e distância física, encontro em vocês amor e incentivo.

A minha amiga, **Maria Dulce Castro**, por ter me presenteando com sua amizade em diversos momentos desse Curso. Que bom ter você para compartilhar bons momentos e várias 12h de plantões cansativos. Sei que essa duplinha ainda vai longe.

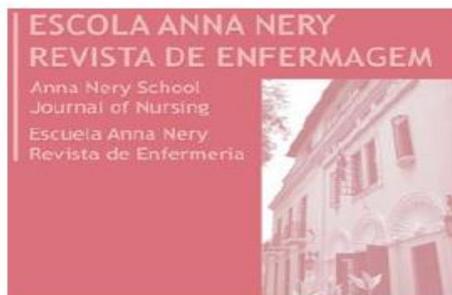
As minhas amigas da graduação e da vida, **Denedja** e **Andressa** pela solidariedade, companheirismo, carinho, amizade e por sempre me ouvir e ajudar.

A minha colega, **Rafaela Pereira**, que foi uma fonte inesgotável de apoio técnico durante a realização deste trabalho. Muito obrigada.

Às mulheres privadas de liberdade, que dedicaram confiança neste trabalho. Vocês me fizeram enxergar além da ciência.

"É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade"...

(Nise da Silveira)



Mulheres privadas de liberdade e violências vivenciadas antes do encarceramento

Women deprived of their liberty and violences experienced before incarceration

Mujeres privadas de libertad y violencias experimentadas antes de la cárcel

RESUMO

Objetivo: Conhecer o perfil de mulheres privadas de liberdade e a suas histórias de violência sofrida antes do cárcere. **Método:** Estudo transversal com abordagem mista sequencial em duas etapas desenvolvido na maior instituição feminina de privação de liberdade de uma capital do Nordeste brasileiro. Na primeira etapa, 202 mulheres do regime fechado responderam aos questionários: sociodemográfico, o criminal e o que contém violências sofridas pré-encarceramento. A análise desta etapa se deu pela estatística descritiva. Na segunda etapa, 8 mulheres foram entrevistadas e, sua análise foi guiada pela técnica de análise de conteúdo com o apoio do software IRAMUTEQ. **Resultados:** Percebeu-se que 55,4% das mulheres participantes referiram ter sofrido violências antes do encarceramento. Na etapa qualitativa foram formadas 6 classes temáticas: Situações passadas e influência na condição atual; Subterfúgio da violência familiar; Atos de violência sexual; O início dos episódios de violência; Violência no âmbito doméstico; Marcas emocionais relacionadas às violências sofridas. **Conclusão/Implicações para prática:** Observou-se uma necessidade de: fortalecimento das redes sociais e de apoio a mulheres vítimas de violência, melhor capacitação dos profissionais que prestam assistência direta a essa população e investimento em educação sexual para crianças e adolescentes, orientando-as sobre as tipologias de violência e como identificá-las/ denunciá-las.

PALAVRAS-CHAVE: Prisões; Mulheres; Violência Contra Mulher.

ABSTRACT

Objective: To know the profile of women deprived of their liberty and their stories of violence suffered before prison. **Method:** Cross-sectional study with a two-step sequential mixed approach developed at the largest female detention facility in a capital city in Northeastern Brazil. In the first stage, 202 women from the closed regime answered the questionnaires: sociodemographic, the criminal and what contains violence suffered pre-incarceration. The analysis of this stage was done through descriptive statistics. In the second stage, 8 women were interviewed and their analysis was guided by the content analysis technique with the support of the IRAMUTEQ software. **Results:** It was noticed that 55.4% of the participating women reported having suffered violence before incarceration. In the qualitative stage, 6 thematic classes were formed: Past situations and influence on the current condition; Subterfuge of family violence; Acts of sexual violence; The beginning of episodes of violence; Domestic violence; Emotional marks related to the violence suffered. **Conclusion / Implications for practice:** There was a need for: strengthening social networks and supporting women victims of violence, better training for professionals who provide direct assistance to this population and investment in sex education for children and adolescents, guiding them about the types of violence and how to identify / report them.

KEYWORDS: Prisons; Women; Violence against women.

RESUMEN

Objetivo: conocer el perfil de las mujeres privadas de libertad y sus historias de violencia sufrida antes de la prisión. **Método:** estudio transversal con un enfoque mixto secuencial de dos pasos desarrollado en el centro de detención para mujeres más grande de una ciudad capital del noreste de Brasil. En la primera etapa, 202 mujeres del régimen cerrado respondieron los cuestionarios: sociodemográficos, criminales y que contiene violencia sufrieron pre-encarcelamiento. El análisis de esta etapa se realizó mediante estadística descriptiva. En la segunda etapa, se entrevistó a 8 mujeres y su análisis se guió por la técnica de análisis de contenido con el apoyo del software IRAMUTEQ. **Resultados:** Se notó que el 55.4% de las mujeres participantes informaron haber sufrido violencia antes del encarcelamiento. En la etapa cualitativa, se formaron 6 clases temáticas: situaciones pasadas e influencia sobre la condición actual; Subterfugio de violencia familiar; Actos de violencia sexual; El comienzo de episodios de violencia; Violencia domestica; Marcas emocionales relacionadas con la violencia sufrida. **Conclusión / Implicaciones para la práctica:** era necesario: fortalecer las redes sociales y apoyar a las mujeres víctimas de violencia, una mejor capacitación para profesionales que brindan asistencia directa a esta población e inversiones en educación sexual para niños y adolescentes, guiándolas sobre los tipos de violencia y cómo identificarlos / denunciarlos.

PALABRAS CLAVE: Prisiones; Mujeres; Violencia contra la mujer

INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a terceira posição do ranking mundial dos países com maior população prisional do mundo com aproximadamente 753 mil pessoas privadas de liberdade, sendo destes 715.138 homens e 37.139 mulheres.¹ Apesar do número de mulheres encarceradas se apresentar menor que o dos homens, a população carcerária feminina tem se elevado mais rápido com um aumento de aproximadamente 698% desde o começo do milênio.²

Os estudos que investigam a situação das pessoas em privação de liberdade alegam que o crescimento da população apenada não foi acompanhado proporcionalmente ao crescimento de ambientes prisionais. Diante disso, tais instituições vêm apresentando problemas como superlotação, falta de estrutura física adequada e de higiene, deficiência na assistência à saúde, discriminação, fracasso na recuperação e no retorno dessa população a vida social, além de potencializar situações de violência.^{3,4}

A violência constitui um problema global, considerada fenômeno multicausal e complexo, que resulta em impactos sociais, psicológicos, econômicos e previdenciários, que sobrecarregam os serviços de saúde e afetam milhões de pessoas e comunidades, em todo o mundo.^{5,6}

O conceito de violência é apresentado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si, outra pessoa ou um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.⁷

A violência é classificada em distintas tipologias destacando-se, dentre elas, a violência contra a mulher como sendo uma modalidade peculiar, em que na sua maioria ocorre nas relações afetivas, envolvendo relações de poder, ou seja, busca manter a mulher em uma posição de subalternidade e domínio do sexo masculino usando da violência como forma de dominação.⁸

O complexo fenômeno da violência contra as mulheres é determinado pelas relações de gênero que, a partir de uma construção social e histórica do ser feminino e masculino, e das diferenças biológicas, confere poderes desiguais entre homens e mulheres, resultando em maior vulnerabilidade às mulheres para a violência física, psicológica e sexual, caracterizando-se como um problema de saúde pública.⁹⁻¹¹

Voltando o olhar ao ambiente carcerário feminino, percebe-se que a violência contra as mulheres perpassa fortemente este ambiente. Um estudo identificou, em mulheres presas, altas taxas de eventos traumáticos, incluindo abuso sexual e físico na infância e na vida adulta, sendo esta história de violência um fator promotor/contribuinte ao seu envolvimento em atividades criminais.¹²⁻¹⁴

Deste modo, o estudo se propôs a ouvir relatos de mulheres privadas de liberdade acerca de atos violentos sofridos buscando explorar a subjetividade com que cada uma enfrentava essa realidade, auxiliando assim, o direcionamento de práticas de cuidado e apoio social ofertados a essa população. Outro ponto primordial para o estudo é sua contribuição para a literatura nacional

e internacional, colaborando com a ampliação do debate acerca da temática de violência contra as mulheres privadas de liberdade.

Frente ao exposto, o objetivo geral do estudo foi conhecer o perfil de mulheres privadas de liberdade e a suas histórias de violências sofridas antes do cárcere.

MÉTODO

Estudo transversal do tipo exploratório e descritivo, com abordagem mista sequencial em duas etapas. Os estudos de métodos mistos caracterizam-se por uma combinação de técnicas em seus procedimentos de coleta e análise dos dados visando melhor explorar as variáveis de pesquisa e construir resultados potencialmente mais completos e relevantes¹⁵.

O estudo foi realizado na instituição com maior concentração de população feminina privada de liberdade de uma capital do Nordeste brasileiro, sendo a população composta por todas as 211 mulheres custodiadas na instituição no momento do início da pesquisa. Após contato para elucidação dos objetivos, foram selecionadas 202 mulheres que se enquadraram nos critérios de inclusão do estudo: estarem reclusas em regime fechado e que não estivessem com restrições ligadas à saúde ou a esfera jurídica (cumprimento de medida disciplinar). Ressalta-se que todas as presas foram informadas que sua participação no estudo não contaria como atividade para remissão da pena.

A primeira etapa do estudo teve uma abordagem quantitativa e aconteceu entre agosto e novembro de 2019, envolvendo a aplicação dos seguintes questionários: sociodemográfico, jurídico-criminal e sobre violências vivenciadas pelas mulheres prévias à prisionalização. Os dados desta etapa foram digitados e codificados em uma planilha eletrônica, sendo posteriormente tratados com auxílio de um software estatístico. Os resultados foram analisados a luz da estatística descritiva e apresentados em tabelas com as frequências absoluta e relativa das variáveis.

A segunda etapa, com abordagem qualitativa, ocorreu entre dezembro de 2019 a janeiro de 2020 e buscou ampliar a compreensão dos dados previamente obtidos na etapa anterior. Para isto, todas mulheres que responderam positivamente o questionamento sobre ter sofrido algum ato

violento antes da privação de liberdade, foram convidadas a participar de uma entrevista única e norteada por um roteiro semiestruturado, em que estimulavam-nas a contar sua vivência acerca do fenômeno estudado. Ao fim, colaboraram com esta etapa 8 mulheres.

As entrevistas foram realizadas em horário pactuado com a instituição, respeitando as normas internas, tempo e local designado. As falas foram audiogravadas com duração média de 15 minutos. Para manter o anonimato das participantes na identificação das entrevistas, atribuiu-se a letra “E” seguida do numeral cardinal de sequência da realização das mesmas.

O material empírico obtido com as entrevistas foi tratado com software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) versão 0.7 e submetido à Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir do Método de Reinert.¹⁶

A caracterização das classes temáticas evidenciou a ocorrência de 8402 palavras, sendo 887 formas ativas e 109 formas suplementares. O processamento do *corpus* foi realizado em 13 segundos, sendo divididos em 122 segmentos de texto (STs) ou Unidade de Contexto Elementar (UCE) com 94,26% de aproveitamento textual com formação de 6 classes temáticas.

O *corpus color* resultante foi analisado através da técnica de análise de conteúdo¹⁷, considerando as fases: “pré-análise”, “exploração do material” e análise e interpretação das informações. Esta etapa permitiu aos pesquisadores a nomeação das classes e agrupamento dos relatos por similaridades temáticas: *Situações passadas e influência na condição atual* (Classe 1); *Subterfúgio da violência familiar* (Classe 2); *Atos de violência sexual* (Classe 3); *O início dos episódios de violência* (Classe 4); *Violência no âmbito doméstico* (Classe 5); *Marcas emocionais relacionadas às violências sofridas* (Classe 6).

Por se tratar de um estudo envolvendo seres humanos, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS e aprovado sob protocolo nº: 3.475.273.

RESULTADOS

Caracterização do perfil sociodemográfico das mulheres participantes do estudo

A tabela 1 evidenciou que a população estudada se constituiu, em sua maioria, de mulheres na faixa etária entre 18 e 30 anos (48,0%; n=97), negra/parda (67,8%; n=137), sem relação afetiva (80,7%; n=163), com filhos (82,7%; n=167) e alfabetizadas (93,6%; n=189), porém ao melhor explorar essa variável, percebeu-se uma baixa escolaridade, destacando-se como grau de escolaridade o Ensino Fundamental I incompleto (50%; n=101).

Tabela 01. Caracterização do perfil sociodemográfico. Paraíba, Brasil, 2020. (N=202).

Variáveis	N	%
Idade		
18-30 anos	97	48,0
31-40 anos	69	34,2
41-50 anos	24	11,9
Mais de 50 anos	12	5,9
Conjugalidade		
Com relação afetiva	39	19,3
Sem relação afetiva	163	80,7
Maternidade		
Com filhos	167	82,7
Sem filhos	35	17,3
Raça/cor		
Branca	64	31,7
Indígena	1	0,5
Negra/Parda	137	67,8
Escolaridade		
Alfabetizada	189	93,6
Não alfabetizada (zero anos de estudo)	13	6,4
Grau de instrução		

Educação Infantil (alfabetização)	03	1,5
Ensino Fundamental Incompleto I (1º ao 9º)	101	50
Ensino Fundamental Completo I (1º ao 9º)	31	15,3
Ensino Médio Incompleto	18	8,9
Ensino Médio Completo	24	11,9
Ensino Superior Incompleto	7	3,5
Ensino Superior Completo	5	2,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Perfil Jurídico-Criminal das mulheres participantes do estudo

No que se refere aos aspectos jurídico-criminais, os resultados apresentados na tabela 2 mostram que o tráfico de entorpecentes (40,4%; n=110) e a associação ao tráfico (15,1%; n=41) prevaleceram como causas para o aprisionamento de mulheres. Nesta variável o número total de artigos infringidos supera o número total de mulheres, uma vez que muitas respondem a mais de um crime ao mesmo tempo.

Observou-se ainda que a maioria das mulheres ainda aguardavam decisão judicial acerca de sua sentença (51%; n=103) e 97,5% (n=116) eram primárias, ou seja, não reincidentes.

Tabela 2. Perfil Jurídico-criminal. Paraíba, Brasil, 2020. (N=202).

Variáveis	N	%
Artigos infringidos		
Art. 33 – Lei 11.343/06 (Tráfico de Entorpecentes)	110	40,4
Art. 35 - Lei 11.343/06 (Associação ao tráfico)	41	15,1
Art. 121 do Código Penal (Homicídio qualificado)	28	10,3
Art. 155 do Código Penal (Furto)	14	5,2
Art. 157 do Código Penal (Roubo qualificado)	40	14,7
Outros	39	14,3
Já foi sentenciada?		
Não	103	51,0
Sim	99	49,0

É reincidente?		
Não	116	97,5
Sim	86	2,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Caracterização das violências sofridas antes do cárcere pelas participantes do estudo

Em relação a variável violência, conforme está apresentado na tabela 3 identificou-se que 55,4% (112) das mulheres já sofreram agressões físicas antes do cárcere, tendo como principais perpetradores dessas violências os seus companheiros (44,9%; n=57).

Em relação a violência de cunho sexual, na tabela 3 evidencia que 27,7% (n=56) sofreram estupro no período pré-encarceramento, tendo como principal perpetrador da violência pessoas desconhecidas do seu convívio social (40,7%; n=24) e a primeira agressão deste tipo sofrida já na vida adulta (50,9%; n=57). Em relação à variável do abuso sexual (sem penetração), 32,2% (n=65) afirmam ter sido abusadas, havendo uma mudança no perfil do agressor e idade da primeira agressão, em que se observa que neste tipo de violência os principais perpetradores foram familiares da mulher (38%; n=30) com início das agressões durante a infância (36,9%; n=24) e adolescência (40%; n= 26).

Tabela 3. Caracterização das violências sofridas. Paraíba, Brasil 2020. (N=202)

Variáveis	N	%
Já sofreu agressão física antes do cárcere?		
Não	90	44,6
Sim	112	55,4
Em caso afirmativo, qual o autor?		
Companheiro	57	44,9
Ex-companheiro	27	21,3
Desconhecido	9	7,1
Familiares	21	16,5
Outros	13	10,2

Qual idade você tinha na primeira agressão física?		
Menor que 10 anos	9	8,0
De 10 a 17 anos	46	41,1
De 18 ou mais	57	50,9
Já sofreu estupro?		
Não	146	72,3
Sim	56	27,7
Em caso afirmativo, qual o autor?		
Companheiro	7	11,9
Desconhecido	24	40,7
Familiares	16	27,1
Outros	12	20,3
Qual idade você tinha na primeira agressão?		
Menor que 10 anos	13	23,2
De 10 a 17 anos	20	35,7
De 18 ou mais	23	41,1
Já sofreu outro tipo de abuso sexual (sem penetração)?		
Não	137	67,8
Sim	65	32,2
Em caso afirmativo qual o autor?		
Conhecido da vítima	28	35,4
Desconhecido	21	26,6
Familiares	30	38
Qual idade você tinha no primeiro abuso?		
Menor que 10 anos	24	36,9
De 10 a 17 anos	26	40
De 18 ou mais	15	23,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Como forma de aprofundar o fenômeno estudado, recorremos a abordagem qualitativa para dar voz aos relatos de mulheres privadas de liberdade acerca das violências por elas vivenciadas antes do encarceramento.

Caracterização das Classes Temáticas

Através dos segmentos das falas das participantes, a Classificação Hierárquica Descendente cria o dendograma das classes, estrutura capaz de apresentar as classes e demonstra a ligação entre elas.¹⁶ Cada classe possui uma cor diferenciada, e as UCE de cada uma possui a mesma cor da classe, conforme demonstrado na figura 1:

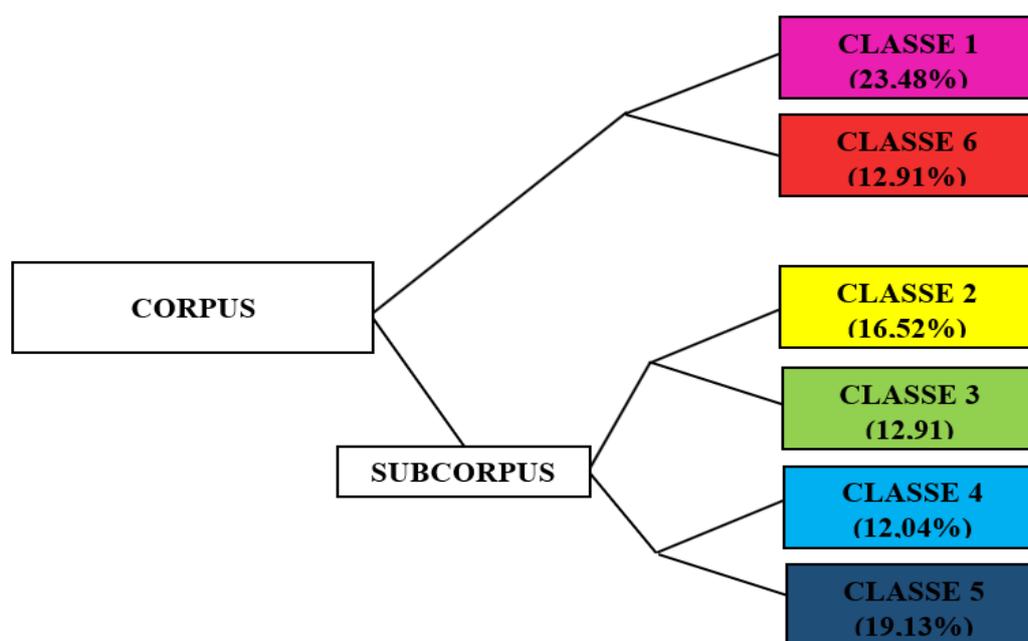


Figura 01 – Dendograma das classes criado a partir da análise do *Corpus*: “*Relatos de violências sofridas por mulheres privadas de liberdade antes do cárcere*” pelo software IRAMUTEQ. Paraíba, Brasil, 2020.

O corpus color gerado pelo software IRAMUTEQ, confirmou, então, a interligação das classes, também considerada durante a análise qualitativa dos dados, assegurando que as palavras foram associadas com significância estatística.¹⁶

Após este procedimento de definição de classes, as falas foram analisadas e categorizadas de acordo com as temáticas emergidas, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1 – *Corpus: “Relatos de violências sofridas por mulheres privadas de liberdade antes do cárcere”*. Paraíba, Brasil, 2020.

Classes	Falas das colaboradoras
<p>Situações passadas e influência na condição atual (Classe 1)</p>	<p><i>[...] A violência que mais me doeu foi a sexual, que foi a do meu pai [...] foi por essas violências que eu vim para cá, eu via minha mãe apanhando todos os dias, dentes e costelas quebradas [...] eu pedia a ele para não fazer mais isso comigo e com minha mãe. Eu a liberei de tudo isso [...] (E3)</i></p> <p><i>[...] Ele me envolveu no crime quando eu tinha 14 para os 15 anos, eu conheci o artigo 157 através dele [...] comecei a me envolver no mundo do crime, conseguindo minhas coisas através do roubo. Hoje eu reconheço que não era a melhor opção para uma pessoa que tinha estudo, que tinha uma família, que tinha tudo que precisava [...] (E2)</i></p> <p><i>O crime foi um refúgio para que certas coisas não me acontecessem mais. Acho que tem uma ligação muito forte entre o que passei na infância até chegar até aqui[...] A gente é classe média alta. Ninguém na minha família é envolvido, mas eu já vivia a violência dentro de casa. Então eu queria fugir daquilo ali [...] (E6)</i></p> <p><i>Estou aqui por causa do meu marido [...] A família dele ligou me ameaçando dizendo que o que acontecesse com ele, eu seria a culpada. Aí eu me senti em dívida com ele e para ele me deixar em paz, eu guardei a maconha [...] Ele ligou para polícia e me entregou. Estou pagando por uma coisa que fiz à força [...] (E8)</i></p>
<p>Subterfúgio da violência familiar (Classe 2)</p>	<p><i>Desde meus 7 anos de idade que eu era abusada sexualmente [...] um dia eu comecei a saber o que ele estava fazendo comigo, quem me contou foi uma vizinha que disse que aquilo ali estava errado, aí eu fugi de casa com 12 anos de idade [...] depois dessa idade eu entrei na vida do mundo, fui garota de programa [...] (E3)</i></p> <p><i>[...] Você querer sair daquela casa, sair daquela vida e querer ir para um mundo totalmente diferente daquele [...] falta de amor, de carinho de pai e de mãe dentro de casa. Daí eu fui procurar no mundo o que não tinha dentro de casa [...] a partir do momento que você começa a usar uma droga, qualquer uma, sem escolhas, ela tira da sua mente o que você está passando. (E5)</i></p> <p><i>[...] meus pais sempre me bateram muito, sempre foram rígidos na forma de nos educar. Aos 12 anos eu saí de casa [...] (E6)</i></p>
<p>Atos de violência sexual (Classe 3)</p>	<p><i>Quando a gente não quer transar com o marido e ele quer, acaba sendo a força e isso é estupro. Um homem bêbado em cima de você, querendo você a força. [...] (E1)</i></p> <p><i>[...] Eu lembro que estava com três dias de resguardo da minha filha mais velha. Meu marido chegou bêbado em casa doido para fazer amor eu estava operada, e eu tive que fazer cheia de pontos. As lágrimas escorrendo e minha filha chorando do lado com fome, e ele dizendo que eu só iria sair quando ele terminasse e que eu tinha que fazer o que ele quisesse pois era mulher dele [...] (E3)</i></p> <p><i>Meu padrasto tinha um comportamento diferente comigo [...] quando ia tomar banho, ele ficava olhando eu e minha irmã tomar banho [...] E por duas vezes ele alisou meu órgão genital e eu estranhava. Quando eu estava</i></p>

	<p><i>dormindo, ele tirava minha calcinha, aí quando ele via que eu acordava, saia de perto de mim. (E7)</i></p> <p><i>A minha infância já foi dentro de violência [...] Fui abusada sexualmente pelo meu padrasto e quando eu cresci, casei com uma pessoa que também seguiu no mesmo rumo de violências [...] Até que eu recebi uma proposta para me envolver no mundo do crime [...] (E6)</i></p>
<p>O início dos episódios de violência (Classe 4)</p>	<p><i>A partir do momento em que eu o conheci como todo começo são flores, ele chegou com carinho de santo [...] e depois de uns meses começou a ter ciúmes, começou a me agredir, me torturar psicologicamente e em consequência disso eu fui abrindo mão de muita coisa da minha vida até da minha própria família [...] (E2)</i></p> <p><i>No primeiro dia que eu fui morar com ele eu apanhei. Ele batia em mim do nada, tinha ciúme do que eu via... Confesso que às vezes eu fiz por merecer, mas não cabe a um homem bater em uma mulher [...] Só que eu me sinto culpada porque era para eu ter dado um basta na primeira situação que aconteceu. (E4)</i></p> <p><i>Com o meu novo companheiro no início era o príncipe encantado, mandava buquê de rosa, tocava violão, o homem dos sonhos, mas só durante o começo. Foram oito meses de boa, aí depois eu comecei a descobrir que ele tinha outras mulheres e quando eu comecei a cobrar isso, ele começou a me agredir psicologicamente e fisicamente [...] Várias vezes tentei finalizar o relacionamento, mas ele me ameaçava, fazia barraco nos lugares [...] (E6)</i></p> <p><i>No começo ele era um bom homem, aparecia com muito dinheiro. Até que uma vez eu vi ele querendo agarrar minha filha e de lá para cá não queria mais morar com ele, mas ele não aceitava [...] ele cuspi na minha cara, rasgava minha roupa, tinha relação comigo à força e eu só fazia chorar, não tinha mais força para debater com ele (E8)</i></p>
<p>Violência no âmbito doméstico (Classe 5)</p>	<p><i>Dos 16 aos 29 anos foi assim, ele quebrou meus dentes, colocava ele para fora de casa, quando a polícia chegava não tinha prova e dizia que era briga de marido e mulher [...]. (E1)</i></p> <p><i>[...] Sofri violência verbal todos os dias. Eu levava nome, palavrões que machucam. Hoje eu estou perturbada pelas palavras que as pessoas me dizem que dói muito. Eu não sou lixo [...]. (E3)</i></p> <p><i>[...] Minha mãe estava tentando se separar do meu ex-padrasto porque ele batia na gente [...] meu ex-marido também batia em mim, ele me bateu tanto que fiquei com derrame no olho [...] eu tenho dedo podre pra relacionamento porque o meu ex-marido antes desse também me batia [...]. (E7)</i></p> <p><i>[...] tive que morar com ele para ele não fazer nada com as minhas filhas e com minha neta, porque ele ameaçava matá-las direto. E ele me espancava muito [...] isso durou 1 ano e 8 meses, ficava trancada dentro de casa em cárcere privado, daí dei parte dele, coloquei ele na Maria da Penha [...] agora mesmo estando presa ele ainda fica me ameaçando, indo na minha casa ameaçar minha família [...]. (E8)</i></p>
<p>Marcas emocionais</p>	<p><i>Eu com quarenta e três anos lembro detalhes, ele me arrastando para aquela plantação de cana, rasgando minha roupa, eu me lembro de tudo.</i></p>

<p>relacionadas às violências sofridas (Classe 6)</p>	<p><i>Eu não consigo tirar da mente. O que eu sofri deixou marcas psicológicas profundas [...]. (E1)</i></p> <p><i>Tanto era violentada física, verbal, como sexualmente pelo meu pai [...] mas teve uma hora que não aguentei (o matou) [...] achava que eu não ia ter coragem, mas o ódio foi maior que eu e acabei fazendo [...] errei e estou pagando, mas antes erraram comigo, eu não sei o que é ser amada desde meus 7 anos, eu só sei ser isso, um objeto [...] agora vim tentar morrer aqui dentro de uma cadeia, aqui dentro a gente se torna um bicho e acabo me cortando (automutilação). (E3)</i></p> <p><i>[...] eu comecei a entrar em depressão. Eu batia na minha barriga, eu não aceitava... Fui fazer um aborto clandestino. Eu não aceitava um filho que não era de um relacionamento e sim de um estupro [...]. (E7)</i></p> <p><i>Quando vejo uma pessoa violenta já tenho ódio, não consigo ver de outro jeito. Pelo que eu já passei, não posso ver um homem batendo em uma mulher, uma mulher batendo em uma criança [...] fico nervosa quando falo disso. (E8)</i></p>
---	---

Fonte: Pesquisa direta, 2020

DISCUSSÃO

Ao analisar o perfil sociodemográfico das mulheres encarceradas deste estudo, observou-se uma população feminina privada de liberdade com mulheres jovens, com idade entre 18 a 30 anos, em posição socioeconômica desfavorável e vulneráveis ao encarceramento, negras e com filhos. Tal perfil apresentou conformidade com a população prisional nacional descrita em outros estudos e no relatório do Departamento Penitenciário Nacional que, também mostraram a população carcerária feminina brasileira, predominantemente, jovem, negra, com filhos e baixa escolaridade.¹⁸⁻²⁰

A frequência da tipologia penal segundo o artigo infringido pelas mulheres do estudo, fortalece o que revela a literatura^{20,1}, sendo o artigo 33 da Lei 11.343/06 (Tráfico de entorpecentes) o delito mais cometido pelas mulheres da instituição estudada. Pesquisas evidenciam os crimes femininos como sendo predominantemente não violentos.^{21-23,1}

Informações nacionais mostram que 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por crimes ligados ao tráfico, sendo, na sua maioria, coadjuvantes dos crimes por influência de seus próprios companheiros já envolvidos com o tráfico.²⁰

Dados da segunda edição do INFOPEN Mulheres, evidenciam que, em junho de 2016, 45% das mulheres presas no Brasil não haviam sido julgadas e condenadas. Neste estudo observou-se que 51% (n=103) ainda não havia recebido sentença, o que nos leva a pressupor que políticas públicas existentes não estão sendo capazes de reverter essa morosidade no recebimento do julgamento, caminhando assim, para um agravamento desse problema, uma vez que o contingente de mulheres presas tem aumentado constantemente.²⁰

Com relação à reincidência no crime, o estudo apresentou 2,5% (n=86), corroborando a maioria dos estudos sobre populações prisionais femininas, que demonstram baixos índices de reincidência, em especial quando comparados aos dados sobre reincidência no crime das populações prisionais masculinas.^{24,25}

O estudo da variável violência contra mulheres privadas de liberdade antes do encarceramento evidenciou uma prevalência bem elevada, com 55,4% de respostas positivas. Este evento, também foi relatado em outros estudos sobre a temática, nos levando a acreditar que o ambiente prisional está, possivelmente, permeado por mulheres que já sofreram violência.^{24,18}

De acordo com a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres - SPM, os relatos de violência apontam que, em 81% dos casos, os autores das agressões são pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as vítimas.²⁷ Estes dados corroboram com o perfil dos autores das agressões deste estudo, em que se observou que os principais perpetradores das violências são companheiros, familiares ou pessoas do convívio das mulheres.

Em relação ao material qualitativo, pôde-se constatar, por meio do dendograma (Figura 1), que a classe 1, *Situações passadas e influência na condição atual* e a classe 6, *Marcas emocionais relacionadas às violências sofridas*, aparecem interligadas, mostrando que as lembranças que essas mulheres trazem das suas vivências acerca de atos violentos, têm influência no contexto que as levaram-lhes à prisão e influenciam negativamente no seu estado emocional atual.

Reiterando as falas das colaboradoras das Classes 1 e 6, um estudo, com mulheres vítimas de violência conjugal, identificou a presença de uma violência intergeracional, em que essas

mulheres presenciaram na infância e na adolescência, a violência física e moral, no âmbito familiar com seus pais e, por muitas vezes, perpetuando e reproduzindo a violência em suas relações conjugais na fase adulta. Tal achado relaciona-se ao processo de internalização e naturalização dos comportamentos e valores apreendidos na infância, que tornam a violência um fenômeno a ser reproduzido nas relações sociais.⁹

Ressalta-se, ainda, que a mulher encarcerada é mais suscetível tanto ao agravamento de psicopatologias, decorrentes da experiência do cárcere, quanto pela sua história de vida pregressa,²⁸ além de exibirem alto grau de comorbidades psicopatológicas, como a dependência química, depressão maior, estresse pós-traumático, transtorno de personalidade antissocial, e tentativa de suicídio.¹³

A classe 2, *Subterfúgio da violência familiar*, refere-se aos meios que as mulheres encontraram de sair do cenário doméstico de violência em que estavam inseridas, recorrendo, muitas vezes à prática da prostituição e do tráfico de drogas para sobreviverem. Um estudo refere que a maioria das mulheres que estão em situação de rua encontra-se envolvida com o tráfico de drogas e prostituição como forma para conseguir obter recursos financeiros para sobrevivência.²⁹

A classes 3, *Atos de violência sexual*, aprofunda a temática acerca da violência sexual e dominação do corpo feminino por parte dos seus parceiros, evidenciando que esses tipos de agressões e práticas danosas se repetem com frequência nos diferentes contextos de vida das diferentes colaboradoras.

A violência contra a mulher atinge todas as classes sociais, sendo uma herança da cultura patriarcal no processo de construção da história da mulher na sociedade, possuidora de um perfil invisível, servil e subordinado ao masculino, como se fossem propriedade dos homens. Esta construção histórica naturaliza a agressão como punição manifestada de diferentes formas a mulher que não se encaixa nesse perfil.³⁰

Um ponto agravante verificado nas falas das participantes diz respeito à associação entre o álcool e episódios de violências, evidenciando que o uso/abuso de álcool e outras drogas são

fatores precipitantes a episódios violentos contra as mulheres. Corroborando este dado, um estudo afirmou que o consumo abusivo de álcool está diretamente relacionado ao percentual de violência contra as mulheres. Este estudo mostrou ainda que os homens abusadores de álcool, geralmente, utilizam o hábito da violência para manter o poder e o controle da família, a dominação sobre a mulher e os filhos e, ainda, como demonstração de sua força para terceiros.³¹

Ainda sobre a Classe 3, percebe-se que a violência sexual sem penetração, principalmente durante a infância, também faz parte da história de vida das participantes. Vale ressaltar que a violência sexual muitas vezes é mascarada pela relação sexual forçada com coerção da vítima, trazendo a elas marcas físicas e psicológicas profundas.³¹ Uma pesquisa aponta que a trajetória de violência na infância geralmente se entrelaça com o uso precoce de drogas e, conseqüentemente, a inserção no crime,¹² fato este percebido no relato de algumas participantes.

A Lei Maria da Penha caracteriza a violência sexual no art. 7º como “[...] qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada”.³² Ressalta-se que, o ato sexual é visto perante a sociedade como um dever conjugal onde a mulher tem a obrigação de ter relações sexuais com o companheiro quando solicitado, tal comportamento é caracterizado com opressão de gênero, decorrente do poder patriarcal, onde a mulher é tratada como um objeto, portanto o ambiente mostra-se favorável para a violência sexual no casamento como algo naturalizado, este fato é relevante e preocupante, pois resulta na omissão de mulheres frente esta violência.³³

A classe 5, *Violência no âmbito doméstico*, relaciona-se com a classe 4, *O início dos episódios de violência*, demonstrando que, na maioria das vezes, as mulheres levam um tempo para perceberem que estão vivendo uma situação de violência, tornando-se uma situação mais clara para elas, quando ocorre a agressão física que acaba deixando marcas visíveis no corpo.

As agressões recorrentes e sistemáticas produzem nas mulheres agredidas um embotamento da percepção de si mesma, produzindo uma série de efeitos que interferem no seu

dia-a-dia, na sua autoestima e imagem como mulher.³⁴ Esse fenômeno fica claro quando se vê no depoimento da E4 da Classe 4 quando relata que “acredita que fez por merecer sofrer violência”.

Percebe-se que as mulheres apresentam uma compreensão superficial e mediana sobre os sentidos da vivência de violência conjugal. O cotidiano dessas mulheres envolve conflitos constantes de submissão, menosprezo, solidão e humilhação, expostos pela violência física, sexual e psicológica, no qual a expressam como uma convivência encoberta pelo dominado, por ausência de cuidados e afeto. Assim, a violência conjugal se torna indecifrável, de tal modo que as mulheres não percebem quão violentadas se encontram.³⁵

Elas rendem-se a situação de violência, entendendo que seus parceiros íntimos, têm algum poder sobre suas vidas, sentem-se propriedades exclusivas destes homens.³⁴ A mulher exposta muito tempo a agressão, começa a se ver da forma que o agressor insistentemente a trata, perdendo seu amor próprio e sua autoestima, a capacidade de realizar-se profissionalmente, achando-se a pior mulher do mundo. Isto é perceptível na fala da E2 na Classe 4, em que vive um contexto de tortura psicológica ao ponto de se afastar da própria família.

A violência conjugal é cíclica, a opressão não fica em primeiro plano, a alternância de fases de agressão, de calma ou até mesmo de reconciliação cria todo um sistema de punições e recompensas. Todas as vezes em que um homem violento se excede, podendo levar a mulher a ver-se tentada a ir embora, ou iniciar seu próprio planejamento quanto ao seu futuro distante do parceiro agressor, ela é “religada” a ele por um pouco de gentileza e de atenção.³⁶

A tradição patriarcal denota essa submissão da mulher ao homem, fruto de um processo histórico de centralização da figura masculina nas relações sociais. Nesse modelo de sociedade patriarcal, ainda preponderante nos dias atuais, as mulheres enfrentam uma espécie de relação de dependência estrutural do homem, seja ela afetiva e/ou financeira, tornando o processo de denúncia do agressor muito complexo e dificultoso para a vítima. Em outras palavras, nos crimes cometidos no âmbito doméstico, pelas circunstâncias de intimidade em que ocorrem, ainda

é muito difícil para vítima denunciar o agressor, o qual, na maioria das vezes, mantém com ela uma relação de convivência diária.³⁷

Um estudo mostrou ainda que as principais causas da permanência da mulher na relação violenta, são: dependência financeira, que em muitos estudos aparece como fator principal para a manutenção da relação; dependência socioeconômica em relação aos filhos, por uma preocupação com a sobrevivência das crianças, haja vista o afastamento do agressor do lar e o risco de não continuar mantendo financeiramente a família, por conta da denúncia e dependência emocional, decorrente do processo de fragilidade emocional que as constantes agressões causam na autoestima da vítima.³⁸⁻⁴¹

Ainda com relação as causas da permanência da mulher na relação violenta, diferente do que foi encontrado nos estudos anteriormente citados, as mulheres desta pesquisa relataram a ameaça de morte pelos companheiros como motivo de permanecerem na relação, como visto na fala de E6 da classe 4. Frente a esta observação, os autores pressupõem que essa diferença tenha surgido como peculiaridade da população estudada, uma vez que geralmente os companheiros estavam envolvidos em associações criminosas, porém estudos futuros precisam melhor explorar essa variável.

As falas das mulheres também revelaram a falta de credibilidade dos órgãos policiais às denúncias feitas, gerando um clima de impunidade frente a violência contra a mulher. Autorrelatos de vítimas mostram que muitos incidentes de violência não são denunciados às forças de segurança por medo de represálias, percepção da inação policial face à agressão; falta de credibilidade e gravidade diminuta do incidente.⁴² Tal fato, nos leva a questionar se atualmente os sistemas criminal e jurídico e os serviços de apoio a vítimas estão preparados para acolher e dá um retorno eficaz ao ponto de minimizar os danos causados as vítimas frente a possíveis retaliações e incertezas de detenção do(a) agressor(a).

CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES PARA PRÁTICA

Ao conhecer o perfil das mulheres privadas de liberdade observou-se uma população predominantemente jovens, negras, solteiras, com filhos, baixa escolaridade e presas por crimes não violentos, com destaque para o tráfico de drogas. Tal perfil reforça a ideia que as prisões no Brasil são depósitos para pessoas negras e pobres, despontando a necessidade de políticas sociais que melhor assistam essa população de modo a oportunizar educação de qualidade e inserção no mercado de trabalho de forma eficiente.

Com relação a violência, percebeu-se uma prevalência bastante elevada de histórico de agressões prévias ao encarceramento, destacando-se dentre as tipologias: a violência física, a sexual e a psicológica; e como principais perpetradores dessas violências companheiros e ex-companheiros, familiares e conhecidos das vítimas.

Frente a este contexto explorado, recomendamos, na tentativa de minimizar os efeitos do fenômeno da violência sobre as mulheres, um estímulo ao fortalecimento das redes sociais e de apoio, uma melhor capacitação aos profissionais que prestam assistência direta a essa população no momento das denúncias e na manutenção da segurança dessa mulher/filhos, investimento nas casas de acolhida para vítimas e em educação sexual para crianças e adolescentes, orientando-as sobre as tipologias de violência e como identificá-las/ denunciá-las.

Recomenda-se que outras pesquisas possam melhor investigar outras variáveis que envolvem essa temática contribuindo para o aumento de estudos que abordem o contexto de mulheres presas com histórias de violência pré-cárcere, visto que, estes ainda são poucos na literatura atual, que consistiu em uma das limitações deste estudo.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Justiça (BR). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Brasília (DF): Departamento Penitenciário Nacional, 2019.
2. International Centre for Prison Studies-ICPS. World Female Imprisonment List. 4ª ed. London: WPB; 2017.
3. Ministério da Justiça e Secretaria Especial de política para as mulheres [BR]. Grupo de trabalho interministerial - Reorganização e reformulação do sistema prisional feminino – Relatório Final. Brasília (DF): Ministério da Justiça; 2008.
4. Oliveira MF, Sabroza A, Quitete B, Neri HF, Santos MBS. Do outro lado dos muros: reflexões a partir da atuação do psicólogo em Unidades prisionais femininas. Anais do Congresso Nacional de Segurança Pública. Maceió (AL); 2009.
5. Minayo MCS. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. Cien Saude Colet. 2007; 11(Supl.):1259-67.
6. Ministério da Saúde (BR). Saúde Brasil 2014: Uma Análise da situação de saúde e das causas externas. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2015.
7. Organização Mundial Da saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde 2002. Genebra: OMS; 2002.
8. Sousa DGM, Damasceno KCF, Borges LDCF. Estratificação dos tipos de violência notificados pelo SINAN, no município de Porto Nacional, TO, em 2014. Revista Interface/Porto Nacional [periódico na internet]. 2016 maio; [citado 2020 jan 15]; (11): [aprox. 12 telas]. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/2134>.
9. Paixão GPN, et al. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal. Revista Latino-Americana de Enfermagem [periódico na internet]. 2015 set-out; [citado 2020 jan 10]; 23 (5):874-9. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/rlae/article/view/106148>
10. Silva AS, et al. Análise da violência doméstica na saúde das mulheres. Journal of Human Growth and Development. 2015; 25 (2):182-6.
11. Netto LA, et al. Violência contra a mulher e suas consequências. Acta Paul Enferm. 2014; 27 (5):458-64.
12. Pessoa, FMI. Violência sofrida por mulheres antes do seu encarceramento: revisão integrativa da literatura [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2016.
13. Lewis, C. Treating incarcerated women: gender matters. Psychiatric Clinics. 2006; 29 (3): 773-789.
14. Lopes RMF, Mello DDC, Lima DAIL. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. Ciências & Cognição. 2010; 15 (2):121-131.
15. Galvao MC, Pluye P, Ricarte I. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. Revista de Ciência da Informação e Documentação. 2017 out; 8 (2):4-24.
16. Souza MARD, Wall ML, Thuler ACDMC, Lowen IMV, Peres AM. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. Revista da Escola de Enfermagem da USP [periódico na internet]. 2018 out; [citado 2019 dez 26]; 52: [aprox. 6 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100444&script=sci_arttext&tlng=pt
17. Bardin L. Análise de conteúdo. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
18. Scherer ZAP, Scherer EA, Nascimento AD, Ragozo FD. Perfil sociodemográfico e história penal da população encarcerada de uma penitenciária feminina do interior do estado de São Paulo. SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas [periódico na internet]. 2011 maio-ago; [citado 2019 out 20]; 7(2):55-62. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/803/80323608002.pdf>

19. Flores N, Portugal M, Smeha LN. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [periódico na internet]. 2019 fev; [citado 2020 fev 15]; 28(04):[aprox. 8 telas]. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2018.v28n4/e280420/>
20. Ministério da Justiça e Segurança Pública (BR). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres). 2ª ed. Brasília (DF): Departamento Penitenciário Nacional, 2018.
21. Oliveira LV, Costa GMC, Medeiros KKAS, Cavalcanti AL. Epidemiological profile of female detainees in the Brazilian state of Paraíba: a descriptive study. *Online Brazilian Journal of Nursing* [periódico na internet]. 2013; [citado 7 dez 2019]; 12(4):892-901. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/4284>.
22. Lima GMB, Pereira NAF, Amarante PDC, Dias MD, Ferreira FMO. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*. 2013; 37(98):446-56.
23. Castello C. Woman and mother in prison, a difficult reality. *Soins. Pédiatrie, Puericulture* [periódico na internet]. 2015 out; [citado 05 mar 2020]; 36(287):16-9. Disponível em: <https://europepmc.org/article/med/26573399>
24. Ferreira ALT. Mulheres e Encarceramento: evolução normativa para além da maternidade. *Revista Interdisciplinar de Direito* [periódico na internet] 2019 mai-ago; [citado 2019 dez 15]; 17(1):71-88. Disponível em: <http://www.revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/744>
25. Silva JB. Mulheres invisíveis, mentes esquecidas: a saúde mental de mulheres sob privação de liberdade [dissertação]. João Pessoa (PB): Repositório Institucional da UFPB; 2016.
26. Macdonald M. Women prisoners, mental health, violence and abuse. *International Journal of Law and Psychiatry* [periódico na internet]. 2013 ago; [citado 2020 jan 15]; 36 (3-4):293-303. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0160252713000368>
27. Rocha DRZ, Rodegheri PG, Antoni DC. Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. *Contextos Clínicos* [periódico na internet]. 2019 jan-abr; [citado 2020 jan 15]; 12(1):[aprox. 24 telas]. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2019.121.06/6074684>
28. Canazarro D, Argimon IIL. Características, sintomas depressivos e fatores associados em mulheres encarceradas no Estado do Rio Grande do Sul. *Caderno de Saúde Pública* [online]. 2010 jul; [citado 2019 out 03]; 26(7):323-333. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010000700011&script=sci_arttext
29. Biscotto PR, Jesus MCPD, Silva MHD, Oliveira DMD, Merighi MAB. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* [online]. 2016 ago; [citado 2020 fev 10]; 50(5):749-55. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342016000500749&script=sci_arttext&tlng=pt
30. Souza, DMKG; Silva, DQMC. Mulheres brasileiras: um estudo da violência doméstica e suas tipologias. Resumos dos trabalhos apresentados no 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social; 2018 jun; Vitória (ES), Brasil. 1(1) [aprox. 14 telas].
31. Passetto CG. A violência doméstica e familiar contra as mulheres e o consumo de álcool pelos agressores [monografia]. Brasília (DF): Biblioteca digital, Universidade de Brasília; 2017.
32. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BR). Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* [periódico na internet], Brasília, (DF); 07 ago 2006 [citado 15 dez de 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
33. Borin T. Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas [dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Programa de Pós Graduação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto; 2007.

34. Aragão M, Andrade CHJ, Santos EBA. Mulher vítima de violência e a percepção de si mesma. Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11; 2017 jul-ago; Florianópolis (SC), Brasil
35. Monteiro CFS, Souza IEO. Vivência da violência conjugal: Fatos do cotidiano. Texto e Contexto-Enfermagem [online]. 2007 jan-mar; [citado 2020 fev 03];16(1):26-31. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072007000100003&script=sci_arttext
36. Hirigoyen MF. A violência no casal: da coação psicológica à agressão física. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro; 2006.
37. Silva DDA, Guimarães PBV, Xavier YMDA. O crime de ameaça no âmbito doméstico: uma análise da impunidade da Lei Maria da Penha a partir de estudos de fluxos. Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos [periódico na internet]. 2019; [citado 2020 jan 15]; 12(1):[aprox.23 telas]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/16077>
38. Azevedo MN, Alves PRODV. Permanência de mulheres em situação de violência: compreensões de uma equipe multidisciplinar. Revista EPOS [online]. 2016 jul-dez; [citado 2020 fev 15]; 7(2):55-72. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178700X20160002000
39. Fonseca PM, Lucas TNS. Violência Doméstica Contra a Mulher e suas Consequências Psicológicas [monografia]. Salvador (BA): Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador; 2006.
40. Costa MS, Serafim, MLF, Nascimento, ARS. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba 2010 a 2012. Epidemiologia e Serviços de Saúde [online]. 2015 set; [citado 2020 jan 15]; 24(3):551-8. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2015.v24n3/551-558/pt/>.
41. Idalino CV, Lopez V. Mulheres Reincidentes à Violência Doméstica [monografia]. Taquara (RS): Faculdades Integradas de Taquara; 2015.
42. Nunes, FC. Violência nas relações de intimidade: a atuação das Forças Policiais [monografia]. Porto, Portugal: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa; 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: Mulheres privadas de liberdade e violências vivenciadas antes do encarceramento.

O presente estudo será desenvolvido pela discente, Larissa Cavalcante Carneiro, graduanda do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Djair Dias, docente do referido curso.

O estudo tem como objetivo: foi conhecer o perfil de mulheres privadas de liberdade e a suas histórias de violência sofrida, antes do cárcere, relacionando o fenômeno da violência doméstica com o envolvimento criminal dessas mulheres.

Eu _____, nascida em ____ / ____ / _____, abaixo assinada, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntária do estudo “**Mulheres privadas de liberdade e violências vivenciadas antes do encarceramento**”. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- I) O estudo se faz necessário para que se possa conhecer a subjetividade dos atos violentos sofridos por mulheres privadas de liberdade antes do seu encarceramento;
- II) A participação neste projeto não tem objetivo de me submeter a um tratamento;
- III) Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação;
- IV) A desistência da colaboração não causará, a mim, nenhum prejuízo;
- V) Os resultados obtidos durante este ensaio serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
- VI) Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados, ao final desta pesquisa.
 - () Desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
 - () Não desejo conhecer os resultados desta pesquisa.
- VII) Observações Complementares:

- Caso me sinta prejudicada por participar desta pesquisa, poderei recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos, ao Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba e a Delegacia Regional de João Pessoa.

João Pessoa, _____ de _____ de 2019.

Participante: _____

Polegar
direito

Responsável pelo Projeto: _____

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Larissa Cavalcante Carneiro

Curso de Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem

Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal da Paraíba

Cidade Universitária – João Pessoa, PB CEP: 58059-900 Fone: 83 3216-7248

APÊNDICE II

Questionários: Sociodemográfico, Criminal e contendo o histórico de violências vivenciadas pelas mulheres prévias a prisionalização.

Iniciais: _____ Data da entrevista: ____/____/____

Unidade prisional: _____ Pavilhão _____ Cella: _____

A) DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS:

1. Idade: _____
2. Conjugalidade: () Solteira () Casada () Separada () Divorciada () Viúva () União Estável
Cor/Raça (autodeclarada): () branca () negra/parda () amarelo () indígena
3. Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Sem Religião () outra: _____
4. Orientação sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Outra: _____

5. Naturalidade: _____
6. Escolaridade (em qual série parou de estudar?): _____
7. Profissão antes do cárcere (ocupação) : _____
8. Tem filhos? () sim () não
9. Número de filhos ? _____
10. Onde estão os filhos? () Família Materna () Família Paterna () amigos () abrigo
11. Recebe visita? () sim () não
12. Quem te visita? () Pai () mãe () irmão () filho () companheiro () outro: _____
13. Quantas vezes? () semanalmente () 2 vezes por mês () 1 vez por mês () 4 vezes por ano () 2 vezes por ano () 1 vez por ano

B) SITUAÇÃO CRIMINAL:

1. Há quanto tempo está privada de liberdade? _____
2. Regime? () Fechado () semiaberto
3. Artigo
infringido? _____
4. Regime () Sentenciada () Provisório
5. Ano que entrou no presídio? _____
6. Reincidente? () sim () não.
7. Em caso afirmativo quantas vezes? _____
8. Estuda na prisão? () sim () não
9. Trabalha na prisão? () sim () não
10. Recebe visita íntima? () sim () não

C) DADOS ACERCA DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PRÉ-ENCARCERAMENTO

11. Já sofreu violência (física, verbal, sexual, psíquica, financeira,...) em algum momento da vida? () sim () não
12. Sofreu violência (física, verbal, sexual, psíquica, financeira,...) no momento da prisão? () Sim () Não
13. Já sofreu violência (física, verbal, sexual, psíquica, financeira,...) no cárcere? () sim () não

APÊNDICE III

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Para você o que é violência?
- 2- Você já sofreu algum tipo de violência? Qual tipo?
- 3- Quando se iniciaram as atitudes violentas?
- 4- Por quanto tempo durou?
- 5- Quem era o agressor?
- 6- Como eram as agressões?
- 7- Você acha que os atos violentos tiveram influência na sua entrada na criminalidade?

ANEXOS

ANEXO I

Termo de Anuência



TERMO INSTITUCIONAL

João Pessoa, 02 de julho de 2019

Tendo lido e estando de acordo com a metodologia proposta no projeto, a Secretaria de Estado da Administração penitenciária autoriza a execução do projeto de pesquisa intitulado: **MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS ANTES DO ENCARCERAMENTO**, desenvolvido pela aluna Larissa Cavalcante Carneiro, matrícula nº 11509487, sob orientação da professora doutora Maria Djair Dias, SIAPE nº 336.997 e do doutorando Jeferson Barbosa Silva, matrícula nº 20161022798, nesta instituição.

Destaco que é de responsabilidade do pesquisador e dos orientadores a realização de todo e qualquer procedimento metodológico, bem como o cumprimento da resolução 466/2012, sendo necessário após o término da pesquisa o encaminhamento de uma cópia do Relatório de Execução para esta Gerência Executiva de Ressocialização.


ZIOELMA ALBUQUERQUE MAIA
Gerente Executiva de Ressocialização
Matrícula 172.170-4

ANEXO II

Comitê de Ética

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas de cuidado voltadas a população feminina sob privação de liberdade em unidade prisional

Pesquisador: Jeferson Barbosa Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14535719.5.0000.5188

Instituição Proponente: Centro De Ciências da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.475.273

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma investigação que tem como delineamento metodológico o modelo experimental, definido como uma modalidade de pesquisa epidemiológica na qual o pesquisador manipula a intervenção com alocação dos participantes de forma aleatorizada. O estudo fará uma intervenção grupal do tipo antes e depois, cuja finalidade é avaliar a eficácia do Yoga como tecnologia de cuidado para redução do sofrimento psíquico em grupo populacional específico.

O estudo será realizado no estado da Paraíba – Nordeste – Brasil, em uma unidade prisional específica para mulheres com maior contingente de internas do estado. A população de mulheres reclusas encontra-se em 269 detentas em regime fechado, sendo alvo da pesquisa as 104 mulheres que já possuem sentença estabelecida.

Para efetivação da pesquisa, serão utilizados um questionário sociodemográfico e jurídico, e os instrumentos psicométricos: Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) e a Escala de Ansiedade, Depressão e Estresse (DASS).

Todas as mulheres que responderem os questionários participarão de um sorteio (software estatístico) para estabelecimento do grupo 1 (intervenção) e o grupo 2 (controle), totalizando 52 mulheres em cada grupo. Após isso o Grupo 1 receberá aulas semanais de Yoga por 3 meses. Ao fim desse período todas as mulheres responderão novamente os questionários.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 3.475.273

Objetivo da Pesquisa:

Avaliar a eficácia da Yoga como uma intervenção de cuidado em saúde mental em uma instituição feminina de privação de liberdade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos em participar dessa pesquisa, podem estar relacionados ao desconforto emocional, angústia e algum mal-estar frente as questões dos instrumentos. Contudo, a mulher será informada que caso isso ocorra ela pode interromper a sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

Benefícios:

Espera-se uma sensibilização de gestores e trabalhadores desta área para o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de práticas e estratégias, como a yoga, que minimizem o impacto da institucionalização na saúde mental da mulher privada de liberdade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De comum acordo com o referencial teórico, objetivos, metodologia e referências.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a documentação de praxe.

Recomendações:

Divulgar resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 3.475.273

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1186488.pdf	01/07/2019 09:36:38		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Certidao_PPGEnf.pdf	01/07/2019 09:35:21	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	24/05/2019 22:47:58	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Oficial.pdf	24/05/2019 22:46:38	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/05/2019 03:04:07	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Outros	DASS_21_Brazilian.pdf	23/05/2019 03:03:38	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Outros	SRQ_20.pdf	23/05/2019 03:02:53	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Outros	socio_demografico_clinico_juridico.pdf	23/05/2019 03:02:25	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_Jeferson.pdf	23/05/2019 03:00:53	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_Institucional_Jeferson.pdf	23/05/2019 03:00:00	Jeferson Barbosa Silva	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	23/05/2019 02:59:02	Jeferson Barbosa Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 30 de Julho de 2019

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Página 3 de 03

ANEXO III

Normas de Publicação da Revista

Escola Anna Nery Revista de Enfermagem

Link: <http://eean.edu.br/instrucoes-aos-autores>

Categorias de manuscritos

Pesquisa Original: relatório de investigação de natureza empírica ou experimental original e concluída de Enfermagem ou áreas afins, segundo a metodologia científica, cujos resultados possam ser replicados e/ou generalizados. Os manuscritos de revisão poderão ter até 20 páginas. Recomenda-se a adoção da estrutura convencional de acordo com as especificações no item: **Composição de Manuscritos.**

Composição do manuscrito (Redação científica e Formatação

Redação científica Os manuscritos deverão ser redigidos na ortografia oficial, em espaço duplo, fonte *Times New Roman* tamanho 12; layout de página em tamanho A4 (21cm x 29,7cm; margens superior e esquerda de 2,5 cm, margens inferior e direita com 2cm. Os manuscritos deverão ser submetidos em português, inglês ou espanhol, exclusivamente. Os manuscritos submetidos na versão português e espanhol, após sua aprovação deverão ser traduzidos para a versão em inglês, por um dos tradutores/empresas credenciados pela revista. O custo da tradução é de inteira responsabilidade de seus autores. Após a tradução, os autores deverão encaminhar o artigo conforme de Instruções sobre o Fluxo de Publicação enviado pela Secretaria da Revista, quando de sua aprovação, por meio do Sistema de Submissão acompanhado de carta (ou certificado ou declaração), de *proof reader* do tradutor e revisor gramatical.

Título: Apresentar o título do manuscrito nos três idiomas, com no máximo 16 palavras.

Resumos: Quaisquer modalidades de manuscritos (pesquisa original, estudos de reflexão, relato de experiência, revisão sistemática, ensaio ou Essay) devem conter até 200 palavras, nas três versões: português/resumo, (espanhol/*resumen*) e inglês/*abstract*). O conteúdo dos resumos deve ser informativo e registrado nos itens correspondentes: Objetivos, método, resultados, conclusão e implicações para a prática. O resumo deve apresentar todas as partes do texto de maneira sintética.

Palavras-chave: São termos fundamentais para a classificação da temática abordada no manuscrito em bases de dados nacionais e internacionais. Serão aceitos entre 03 e 05 palavras-chave em português, espanhol (palabras clave) e inglês (keywords) selecionadas pelo(s) autor(es) no endereço eletrônico <http://decs.bvs.br> (Descritores em Ciências da Saúde- criado por BIREME) ou Mesh (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh>).

Conteúdo do artigo:

(a) *Introdução:* apresentar o problema de estudo, destacar sua importância e lacunas de conhecimento; objetivos e outros elementos necessários para situar o tema da pesquisa.

(b) *Revisão da literatura:* selecionar a literatura relevante que serviu de base à investigação da pesquisa proposta de modo a proporcionar os antecedentes para a compreensão do conhecimento atual sobre o tema e, evidenciar a importância do novo estudo. Quando não for necessário criar um capítulo para a Revisão da Literatura, em consideração à extensão histórica do assunto, o mesmo poderá ser inserido na Introdução.

(c) *Método:* incluir de forma objetiva e completa a natureza/tipo do estudo; dados sobre o local onde foi realizada a pesquisa; população/sujeitos do estudo e seus critérios de seleção; material; equipamentos; procedimentos técnicos e métodos adotados para a coleta de dados; tratamento estatístico/categorização dos dados; informar a aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, a data e o número do protocolo.

(d) *Resultados:* os resultados devem ser apresentados de maneira clara, objetiva e em sequência lógica, utilizando ilustrações quando necessário.

(e) *Discussão:* deve ser redigida SEPARADAMENTE dos resultados. Deve destacar a compatibilidade entre os achados que resultaram da análise e a literatura relevante ressaltando os

aspectos novos e/ou fundamentais. Demonstrar que as referências adotadas para a discussão dos achados são pertinentes e adequadas à geração do conhecimento novo, enfatizando o diálogo com a comunidade científica internacional.

(f) *Conclusões e implicações para a prática*: apresentar considerações significativas fundamentadas no conhecimento novo gerado que atendam aos objetivos do estudo, sem repeti-los textualmente. Destacar as limitações do estudo e a indicação de necessidade de novas pesquisas. Indicar quais são as implicações desses achados para a prática (ensino, pesquisa ou assistencial) de saúde e de enfermagem.

(g) Financiamento. É registrado no title page. Registrar a fonte de recursos público ou privado que financiou o estudo, informando a registrar a cidade, estado e país e o número do processo associado. Agências de fomento podem ser especificadas, indicando-se qual(is) autor(es) obteve o recurso. Por exemplo, bolsa de produtividade em pesquisa ou bolsa de doutorado, entre outras: ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq; bolsa de produtividade em pesquisa); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES; bolsa de doutorado). Caso a pesquisa/estudo não tenha recebido nenhum tipo de financiamento, registre no Title Page: "sem financiamento"

(h) Agradecimentos. Inclui nomes de pessoas e instituições que contribuíram com o desenvolvimento do estudo ou pesquisa. Essa informação deve constar no Title Page (folha de rosto).

Formatação

Citações no texto. As citações de autores no texto precisam estar em conformidade com os exemplos sugeridos e elaborados segundo o estilo "Vancouver" (em anexo) e apresentar o número da referência da qual foram subtraídas, sem o nome do autor, de acordo com a ordem em que foram citados no texto. Os números que identificam os autores devem ser indicados sobrescritos, conforme exemplo a seguir:

As ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades.¹

Em caso de citações sequenciais, deverão ser indicadas o primeiro e o último número, separados por hífen, conforme exemplo a seguir:

As ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades. **1-5**

Quando houver necessidade de citações intercaladas, os números deverão ser separados por vírgula, conforme exemplo a seguir:

As ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades. **1-3,6**

Na transcrição "ipsis literes" de citações, exige-se a indicação a página da referência adotada, localizando-a após o número da referência seguido de dois pontos, conforme exemplo a seguir:

As ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser "vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades". **3:16-18**

Na formatação do manuscrito, os autores devem atender também os seguintes critérios:

Até três linhas de citação, usar aspas na sequência do texto normal, conforme exemplo a seguir:
Para efeito de exemplo da aplicação das instruções aos autores, o manuscrito destaca a contribuição das "ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades". **3:16-18**

Mais de três linhas de citação, destacá-la em nova linha, em bloco próprio distinto do texto normal, sem aspas, com espaço simples e recuo de 3 espaços da margem esquerda, conforme exemplo a seguir:

Destacar a contribuição das ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, em suas várias dimensões, podem ser vivenciadas mais plenamente entre profissionais e famílias, quando se considera a dinâmica interna de múltiplas atividades. **3:16-18**

Os fragmentos de dados empíricos de pesquisas qualitativas devem ser apresentados em uma nova linha, em bloco próprio, distinto do texto normal, em itálico, sem aspas, com espaço simples e recuo de 2 cm da margem esquerda. Esses dados devem estar identificados por siglas, letras, números ou outra forma de manutenção do anonimato aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, ou equivalente para outros países, como o exemplo a seguir:

[...] os usuários desse serviço de saúde são bastante conscientes da necessidade do próprio envolvimento no tratamento de sua doença para um resultado mais satisfatório [...] (E2).

Referências: A apresentação das referências deve ter espaço simples e fonte Times New Roman tamanho 12, sem parágrafos e recuos, e numeradas de acordo com sua ordem de citação no texto, de acordo com as normas do *International Committee of Medical Journal Editors* (https://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html), conhecidas como "Normas de Vancouver". A veracidade das referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

Notas de rodapé: deverão ser indicadas por letras, sendo no máximo três. As notas de rodapé, quando imprescindíveis, serão indicadas como se segue: a, primeira nota; b, segunda nota e c, terceira nota.

Exemplos de acordo com estilo Vancouver.

Livro padrão:

Tyrrell MAR. Programas Nacionais de Saúde Materno-infantil: impacto político-social e inserção da enfermagem. Rio de Janeiro: EEAN/ UFRJ; 1995.

Livro traduzido para o português:

Nightingale F. Notas de enfermagem: o que é e o que não é. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989.

Obra de autoria institucional ou entidade coletiva:

Ministério da Saúde (BR). Dengue: instruções para pessoal de combate ao vetor: manual de normas técnicas. 3ª ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2001.

Capítulo de livro:

Pinto MCI, Porto IS. A dor como quinto sinal vital. In: Figueiredo NMA, organizador. Ensinando

a cuidar de clientes em situações clínicas e cirúrgicas. São Caetano do Sul (SP): Difusão Paulista de Enfermagem; 2003. p.59-78.

Livro publicado por organizador, editor ou compilador:
Loyola CMD, Oliveira RMP, organizadores. Índícios marginais. Rio de Janeiro: EEAN/UFRJ; 2003.

Livro com edição:

Souza EDF. Novo manual de enfermagem. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bruno Buccini; 1972.

Artigo científico publicado em periódico impresso (até seis autores):
Carvalho V, Figueiredo NMA, Leite JL, Moreira MC. Questões epistemológicas da construção do conhecimento na Enfermagem - do ensino à prática de cuidar. Esc Anna Nery. 2003 ago;7(2):156-66.

Artigo científico publicado em periódico impresso (mais de seis autores):
Irvine D, O'Brien-Pallas LL, Murray M, Cockeill R, Sidani S, Laurie-Shaw B et al. The reability and validity of two health status measures for evaluating outcomes of home care nursing. Res Nurs Health. 2000 feb;23(1):43-54.

Artigo científico publicado em periódico de meio eletrônico:
Cabral IEC. Cuidando y educando para la cidadanía: modelo sociopolítico. Freire Online. Journal of the Paulo Freire Institute/UCLA [periódico na internet]. 2003 jul; [citado 2003 set 10]; 1(2):[aprox.3 telas]. Disponível em: <http://paulofreireinstitute.org/freireonline/volume1/1cabral2.htm>

Artigo científico consultado em indexadores ou bibliotecas eletrônicas:
Carvalho V. Sobre construtos epistemológicos nas ciências: uma contribuição para a enfermagem. Rev. Latino-Am. Enfermagem [on line]. 2003 jul/ago; [citado 2003 dez 22];11(4):[aprox.8 telas]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692003000400003&script=sci_abstract&tlng=pt

Artigo de periódico científico no prelo:
Valadares GV, Viana LO. A globalização, o trabalho especializado e a Enfermagem. Esc Anna Nery. No prelo 2004.

Artigo publicado em periódico de divulgação comercial (revista e jornal):
Transgênicos: os grãos que assustam. Veja (São Paulo). 2003 out 29; 36(43):95-113.
Tynan T. Medical improvements lower homicide rate: study sees drop in assault rate. The Washington Post. 2002 Aug 12; Sect. A:2 (col. 4).

Resumo, editorial e resenha publicados em periódico seriado regular:
Porto IS. Requisitos uniformes para manuscritos na Escola Anna Nery Revista de Enfermagem: por que, para que e como [editorial]. Esc Anna Nery. 2003 dez;3(7):309-10.

Trabalho resumido apresentado em evento científico e publicado em anais:
Teixeira MLO, Sauthier J. Orientação para o autocuidado de clientes cirúrgicos: um estudo fundamentado na relação dialógico-educadora de Paulo Freire. Resumos dos trabalhos apresentados no 52º Congresso Brasileiro de Enfermagem; 2000 out. 21-26; Recife-Olinda (PE), Brasil. Recife (PE): ABEn; 2000. p. 13.

Trabalho completo apresentado em evento científico e publicado em anais:
Barreira IB, Baptista SS. Nexos entre a pesquisa em história da Enfermagem e o processo de cientificização da profissão. Anais do 51º Congresso de Enfermagem. 10º Congresso Panamericano de Enfermeria; 1999 out. 2-7; Florianópolis (SC), Brasil. Florianópolis (SC): ABEn; 2000. p. 295-311.

Dissertação, tese e monografia acadêmica:
Souza IEO. O desvelar do ser-gestante diante da possibilidade de amamentação [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1993.

Dissertação e tese em material eletrônico:
Barcelos LMS. Do diálogo autoritário ao discurso dialógico: o cuidado da enfermagem hospitalar na perspectiva de clientes vivendo com AIDS [CD-ROM, dissertação]. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2003.

Trabalho em material eletrônico:
Motta MCS, Marin HF, Zeitoun RC. Exame físico em consulta de Enfermagem de Puericultura [CD-ROM]. Rio de Janeiro: NCE / EEAN / Central de Eventos; 2001.

Verbetes de dicionário:
Ferreira ABH. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1986. Enfermagem; p. 651

Relatório técnico e científico:
Associação Brasileira de Enfermagem, Seção Rio de Janeiro. Relatório Financeiro 2000. Rio de Janeiro: ABEn (RJ); 2000. N° 2014-0139-2824.
Ata de reunião (documento não previsto na Norma de Vancouver):
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências da Saúde, Escola de Enfermagem Anna Nery. Ata de reunião realizada no dia 01 abr 1976. Livro 50, p. 21. Implantação de projeto sobre a aplicação de novas metodologias ao processo ensino aprendizagem no ciclo profissional do curso de graduação em enfermagem nesta instituição, mediante convênio com o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura. Rio de Janeiro (RJ): EEAN; 1976 abr 01.

Documento jurídico:
Lei n. 7.498 de 25 de junho de 1986 (BR). Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 26 jun 1986: Seção 1: 1.

Documento jurídico de meio eletrônico:
Lei n. 7.498 de 25 de junho de 1986 (BR). Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União [periódico na internet], Brasília (DF). 26 jun 1986 [citado 4 jul 2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm

Para abreviações de títulos de periódicos:
- <http://ccn.ibict.br/busca.jsf>
- <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/query.fcgi?deb=journals>
- International Nursing Index
- Index Medicus

Apresentação das Tabelas, Gráficos e Imagens (Figuras) no manuscrito

Tabelas: Todas as tabelas deverão ser incluídas no corpo do texto com as respectivas identificações (número, título e notas explicativas, quando houver). Os locais sugeridos para a inserção de tabelas, segundo sua ordem de aparição, devem ser destacados no texto. As tabelas devem apresentar um título breve e ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, conforme a ordem em que forem citadas no texto, restringindo-se a cinco (5) no total; além disso, devem apresentar dado numérico como informação central, e não utilizar traços internos horizontais ou verticais. As notas explicativas devem ser colocadas no rodapé da tabela, precedidas pelo símbolo *. Para a elaboração de tabelas e gráficos, usar preferencialmente programas como o Microsoft Word ou Excel.

Gráficos e Imagens (Fotografias): Largura igual ou superior a 1000 pixel, obrigatoriamente, os arquivos devem ter extensão **JPG, GIF, PNG, PSD** ou **TIF**. O somatório total dos arquivos tem de ser igual ou menor que 300 MB. Logo após o upload, serão exibidas as miniaturas das imagens, clique no ícone para editar o título e a legenda de cada imagem submetida. Deve-se destacar no texto os locais sugeridos para a inserção de gráficos e ilustrações, segundo sua ordem de aparição, bem como, apresentar um título breve e numerá-los consecutivamente com algarismos arábicos, conforme a ordem em que forem citados no texto, restringindo-se a 05 no total. As figuras devem conter legenda, quando necessário, e a fonte quando for extraída de uma obra publicada, bem como, a fonte de qualquer ilustração, publicada ou não, deve ser mencionada abaixo da figura.